



Prefeitura Municipal de São Vicente

Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade

Anexo de Proc. 251/00
S. Vicente 23/11/00

LEI COMPLEMENTAR Nº 301

Altera a redação e acrescenta dispositivos
na Lei nº 1745, de 29.09.77 – Código
Tributário do Município.
Proc. nº 26129/97

MÁRCIO FRANÇA, Prefeito do Município de São Vicente,
usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara
Municipal decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Passam a vigorar com a seguinte redação os
dispositivos abaixo relacionados da Lei nº 1745, de 29 de setembro de 1977 –
Código Tributário do Município:

I – Art. 192, item 101

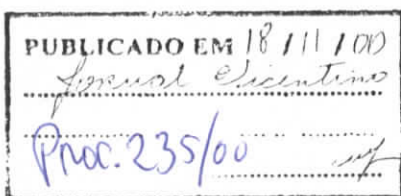
“Art. 192 –

101 – exploração de rodovia mediante
cobrança de preço dos usuários, envolvendo execução de serviços de
conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e
segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros
definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas
oficiais.”

II – Art. 250 – GRUPO XVII – SERVIÇOS AUXILIARES,
itens 40.46 e 40.47

“ Art. 250 -

	R\$
40.46 – conjunto de torre e equipamentos a ela agregados, destinados a telecomunicações, por unidade	3.176,45
40.47 – outros serviços auxiliares de atividades econômicas	156,89”





Prefeitura Municipal de São Vicente

Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade

LEI COMPLEMENTAR Nº 301

fl.02

III – Art. 261, incisos I, II, III, VI e VII, acrescido dos incisos IX e X e mantidos os incisos IV e V

“ Art. 261 -

I – atacadistas estabelecidos em zona comercial:

- das 18 às 22 horas, nos dias úteis;

II – armazéns, casas de frutas, peixarias, quitandas, vendas de aves e ovos, rotisseries, laticínios, floriculturas e açougues:

- das 18 às 22 horas, nos dias úteis;

III – armarinhos, ferragens e louças, sapatarias, salões de barbeiros e cabeleireiros, camisarias, alfaiatarias, joalherias, relojoarias, bijuterias, aparelhos elétricos e eletrodomésticos, artigos de couro e plásticos, casas de móveis, ateliês fotográficos, casas de vidros, artigos de praia e esportes;

- das 18 às 22 horas, nos dias úteis;

VI – mercados, supermercados e hipermercados:

- das 18 às 24 horas, nos dias úteis;

VII – *shopping centers*:

- das 18 às 24 horas, nos dias úteis;

IX – locadoras de fitas de videocassete ou congêneres:

- das 20 às 24 horas, nos dias úteis;



Prefeitura Municipal de São Vicente

Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade

LEI COMPLEMENTAR Nº 301

fl.03

X – prestadores de serviços estabelecidos, profissionais cadastrados e outras atividades não enumeradas nos demais grupos:

- das 18 às 22 horas nos dias úteis.”

IV – Art. 262, acrescido de § 3º, e § 1º acrescido de alínea “e”

“ Art. 262 -

§ 1º -

... e - no ato da solicitação, com desconto de 10% (dez por cento) nos pedidos, para períodos iguais ou inferiores a trinta dias.”

§ 3º - Poderá o Poder Executivo, respeitada a legislação federal pertinente, conceder prorrogação de horário para funcionamento durante 24 horas nos dias úteis, aos estabelecimentos enquadrados nos Grupos II, III, IV, VI, VII, IX e X do art. 261, considerada sua natureza, localização e características mediante o pagamento em dobro da taxa fixada no *caput*, na forma estabelecida no § 1º.”

V – Art. 263, *caput* e Parágrafo único

“Artigo 263 – Independentemente da prorrogação de horário, será concedida licença especial de funcionamento.

Parágrafo único – A licença especial de funcionamento compreenderá o funcionamento do estabelecimento aos domingos e feriados, obedecido o limite de horário definido no artigo 253, acrescido do limite máximo da prorrogação de horário permitida para a atividade, e prevista no art. 261, respeitada a legislação federal pertinente.”



Prefeitura Municipal de São Vicente

Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade

LEI COMPLEMENTAR Nº 301

fl.04

VI – Art. 264, *caput*, mantido o Parágrafo único

“ Artigo 264 – Pelo funcionamento em regime de licença especial, os estabelecimentos pagarão taxa anual equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da licença concedida para o funcionamento regular.”

VII – Art. 265 – *caput*

“ Artigo 265 – A Licença Especial de Funcionamento será concedida aos estabelecimentos enumerados nos Grupos I-a, IV, V, VI e X do artigo 253.”

VIII – Art. 282 – *caput*

“ Artigo 282 – Para o exercício de suas atividades, o feirante deverá estar de posse do recibo do mês em curso e do Alvará de Localização e Funcionamento, que será expedido por ocasião do licenciamento, aplicando-se, em caso de infração, a penalidade prevista no art. 242, sem prejuízo de outras cabíveis.”

IX – Artigo 298 – acrescido dos incisos XXIV e XXV

“ Art. 298 -

R\$

XXIV – análise de projeto para construção e instalação de torre e equipamentos a ela agregados, destinados a telecomunicações, por unidade, com até 15 (quinze) metros de altura 3.485,10

XXV - análise de projeto para construção e instalação de torre e equipamentos a ela agregados, destinados a telecomunicações, por unidade, por metro linear, ou fração deste, que exceda a 15 (quinze) metros de altura 232,34.”



Prefeitura Municipal de São Vicente

*Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade*

LEI COMPLEMENTAR Nº 301

fl.05

“f” e “g”

X – Art. 317, inciso VIII, acrescido das alíneas “d”, “e”,


“ Art. 317 –

VIII –

	R\$
d – de existência de firma	15,88
e – de baixa de inscrição municipal	31,76
f – Negativa de Cadastro de Reclamações junto ao PROCON – São Vicente	31,76
g – de uso e ocupação do solo	31,76.”

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2001.

São Vicente, Cidade Monumento da História Pátria, Cellula Mater da Nacionalidade, em 17 de novembro de 2000.


MÁRCIO FRANÇA
Prefeito Municipal